



EM DEFESA DA SOBERANIA

DOS EMPREGOS, DA ATIVIDADE ECONOMICA E DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Em 2 de abril de 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impôs um novo regime tarifário para as importações de bens e serviços, afetando um amplo espectro de nações com as quais o seu país mantém relações econômicas. A medida, anunciada de forma midiática planejada, foi por ele denominada *Liberation Day*, ou "Dia da Libertação". O escopo da medida abrange países vizinhos como México e o Canadá, aliados históricos como a União Europeia, Austrália e Japão, além de seus concorrentes estratégicos a China e a Rússia.

Ao elevar de maneira abrupta e unilateralmente as tarifas de importação, o presidente Donald Trump compromete um sistema de regras de comércio internacional que vem sendo construído desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Optando por uma estratégia de negociação bilateral, Trump busca extrair vantagens econômicas, restringir as importações com o objetivo de repatriar a produção para o território norte-americano e eliminar o déficit da balança comercial, além de obter concessões políticas e alianças militares. Essa postura, também visa conter a ascensão dos países que integram os BRICs, se opondo ao multilateralismo e ao fortalecimento de modelos de desenvolvimento autônomos, inclusivos e sustentáveis. Em síntese, a ação de Donald Trump revela um esforço para preservar a supremacia global dos Estados Unidos, estabelecendo relações de dependência e de subordinação com o restante do mundo, evidenciando a erosão do modelo econômico estadunidense que sustentou posição privilegiada no século XX.

Inicialmente, o Brasil foi incluído na menor faixa de taxação, limitada a 10%. No entanto, logo após a realização da cúpula dos BRICs, ocorrida no Rio de Janeiro, o presidente Donald Trump anunciou, por meio de suas redes sociais, — a elevação da tarifa para 50%, acompanhada de declarações que representaram uma clara intromissão em assuntos judiciais internos do país. Poucos dias depois, novamente pelas redes sociais, Trump insinuou que o Brasil não era mais considerado país amigo dos Estados Unidos, ignorando quase dois séculos de relações econômicas e diplomáticas marcadas pela cooperação e equilíbrio. Essa mudança abrupta revela uma estratégia em que o Brasil passa a ser tratado como alvo, revelando o esforço norte-americano de enfraquecer o bloco dos BRICs e a tentativa de restabelecer a sua hegemonia sobre a América do Sul.

Apesar das mudanças na faixa de taxação com a exclusão de 694 itens do patamar de 50%, os impactos sobre a economia brasileira permanecem significativos e podem comprometer o desempenho do PIB e gerar desemprego. Levantamento apresentado pelo setor da indústria, revela que o impacto na economia do RS poderá representar uma queda de R\$ 1,5 bilhão no PIB gaúcho, colocando em risco em torno de 20 mil postos de trabalho. Setores industriais como o da celulose e pasta de madeira, calçados, produtos de madeira, máquinas e materiais elétricos, equipamentos metálicos, armas e munições, componentes de borracha, fumo e carnes serão os mais afetados.





Diante disto, o Fórum Estadual das Centrais Sindicais do RS se posiciona em perfeita sintonia com a nota divulgada pelas Centrais Sindicais Nacionais, reforçando, sobretudo, os seguintes aspectos:

Proteção dos empregos, da atividade econômica e dos direitos:

- A exemplo da iniciativa exitosa que vigorou durante a calamidade que assolou o Rio Grande do Sul no ano passado e durante o período da pandemia, exigimos a implantação de um programa de proteção do emprego e da renda contendo o pagamento por parte do governo federal e parte pelas empresas, medidas a serem implementadas mediante a negociação coletiva, com a efetiva garantia dos empregos como contrapartida do uso do dinheiro público.

Defesa da Produção Nacional

- Fortalecimento das medidas antidumping e salvaguardas comerciais em setores e cadeias produtivas ameaçados.
- Aumento do investimento para a implementação das NIB com foco em inovação, sustentabilidade e encadeamento produtivo interno.
- Estimulação da produção nacional por meio das compras públicas e da política de conteúdo local.
- Fortalecimento do investimento público em infraestrutura social e produtiva (transporte, energia, habitação, saúde, educação) com encadeamentos na indústria nacional.
- Fortalecimento do BNDES e dos bancos públicos como indutores do investimento produtivo.
- Revisão da Lei de Patentes, combatendo abusos de propriedade intelectual que impedem a produção nacional.
- Promover a transferência de tecnologia e o investimento público em pesquisa e desenvolvimento (P&D), com articulação entre universidades, centros tecnológicos e setor produtivo.
- Investir no desenvolvimento de capacidades nacionais em tecnologias críticas: semicondutores, inteligência artificial, biotecnologia, hidrogênio verde, etc.
- Buscar oportunidades de reposicionamento do Brasil em cadeias produtivas estratégicas no novo contexto internacional.

Institucionalização do Diálogo Social

- Criar comitês permanentes de concertação entre governo, trabalhadores e empresários e fortalecer os espaços de diálogo social como CDESS e CNDI, entre outros, para atuação articulada de formulação de estratégias de médio e longo prazo.
- Incluir a representação dos trabalhadores nas novas instâncias de formulação das políticas industrial, cambial, comercial e tecnológica.
- Criar Câmaras Setoriais para alinhamento de estratégias específicas.

Apoio aos trabalhadores e empresas gaúchas:

- Propor ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul a criação um ambiente tripartite (governo, empresários e trabalhadores) para monitorar os impactos econômicos e sociais do tarifaço e a decretação de medidas emergenciais de apoio às empresas com garantia de emprego a serem





implementadas por intermédio de políticas públicas e fiscais adequadas à gravidade do momento econômico.

O Fórum Estadual das Centrais Sindicais repudia com veemência as ações de setores retrógrados e subservientes da sociedade que atuam contra o Brasil e em favor dos interesses estrangeiros, e entende que esta crise apresenta uma oportunidade histórica para alavancar um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo, sustentável e atualizado tecnologicamente.

Por fim, neste contexto, reafirma-se o trecho de conclusão do Manifesto Nacional das Centrais Sindicais: **“É hora de fortalecer e aprimorar um projeto de desenvolvimento com inclusão e justiça social — um projeto que inove nas escolhas estratégicas, reduza nossas vulnerabilidades, que enfrente a concorrência predatória e crie mecanismos de proteção à instabilidade externa. Esse modelo de desenvolvimento deve estar estruturado na geração e proteção de empregos, no combate à precarização do trabalho e no fortalecimento da capacidade de consumo das famílias por meio da valorização da renda do trabalho.”**

Porto Alegre, 04 de agosto de 2025.

CUT-CTB-CSB-NCST-UGT-FORÇA SINDICAL-INTERSINDICAL-FORUM-PUBLICA

